

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESAS

---

Vol. XXII

1998

UMA NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS  
PARA ALUNOS

REVISTA PORTUGUESA  
DE  
FILOLOGIA



COIMBRA

## SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA: ESTATUTO, METODOLOGIA E PROBLEMAS(1)

### 1. Sociolinguística e Linguística histórica

Ao valorizar o uso de metodologias sincrónicas na análise das línguas, algumas orientações da Linguística moderna tenderam a estabelecer, como objecto das suas descrições, sistemas linguísticos estruturados e homogéneos, sistemas *où tout se tient*, normalmente identificados com a variedade *standard*, entendida como modalidade de maior prestígio. Inequívoco, porém, é que qualquer língua histórica, ao invés de constituir apenas um único sistema linguístico, é antes um “diassistema”, «un conjunto más o menos complejo de “dialectos”, “niveles” y

---

(1) Título inspirado em SUSANNE ROMAINE, *Socio-historical Linguistics. Its Status and Methodology*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982. O presente artigo constitui uma síntese, profundamente refundida, do capítulo teórico inicial da Tese de Mestrado (inérita) da Autora: *Do Português arcaico ao Português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*, elaborada no âmbito do Programa *Praxis XXI* e apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra em 1996. Evocando algumas propostas apresentadas, nas últimas décadas, pela comunidade científica, Clarinda de Azevedo Maia defende a integração, na Linguística histórica, de novos conceitos teóricos, não só da Sociolinguística mas também da Pragmática. Para um conhecimento pormenorizado acerca da situação actual da pesquisa no âmbito da Sociolinguística histórica, cf. CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre “português arcaico” e “português moderno”*. Separ. da revista *Diacrítica*, nº 10. Braga (Universidade do Minho. Centro de Estudos Humanísticos), 1995, p. 3-4, notas 1 e 2, e p. 18-19, nota 36.

“estilos de língua”»(1), ou seja, uma entidade onde convivem diversas “línguas funcionais”(2). Apontando as falácias a que conduzem as tendências para se confundir “estrutura” com “uniformidade”, assim como para se entender a variabilidade linguística como não estruturada, sublinha a esse propósito James Milroy: «In fact, the equation of uniformity with structuredness or regularity is most evident in popular (non-professional) attitudes to language: one variety — usually a standard language — is considered to be correct and regular, and others — usually ‘non-standard’ dialects — are thought to be incorrect, irregular, ungrammatical and deviant. Furthermore, linguistic changes in progress are commonly perceived as ‘errors’»(3).

Ora, a investigação sociolinguística de comunidades vivas veio demonstrar que é, precisamente, a variação dentro das mesmas que proporciona a chave para o mecanismo real da mudança, na medida em que actua como veículo de promoção de formas concorrentes(4). Uma inovação começa, assim, por se identificar, inicialmente, com a fala de um subgrupo particular da comunidade, difundindo-se posteriormente a outros grupos, se se dão condições favoráveis, determinadas socialmente(5). A mudança conclui-se mediante um processo de valorização social de uma variante, que se afigura mais prestigiada, em detrimento de outra, que passa a ser estigmatizada. É essa

---

(1) Cf. EUGENIO COSERIU, *Lecciones de lingüística general*. Madrid (Editorial Gredos), 1981, cap. XI, p. 306.

(2) E. Coseriu designa por “língua funcional” «una técnica lingüística determinada (o sea, unitaria y homogénea) en los tres sentidos en cuestión — un solo dialecto en un solo nivel y en un estilo único de lengua, en otras palabras: una lengua *sintópica*, *sinstrática* y *sinfásica*». — IDEM, *ibidem*, p. 308.

(3) Cf. JAMES MILROY, *Linguistic Variation & Change. On the Historical Sociolinguistics of English*. Oxford (Blackwell), 1992, p. 3.

(4) Não quer dizer, obviamente, que toda a variação linguística esteja, necessariamente, associada a uma mudança em curso, mas qualquer mudança que tenha lugar pressupõe a existência de variação linguística.

(5) Essas condições poderão depender de uma vizinhança a nível vertical ou de uma relativa proximidade ou osmose de redes sociais, nas quais os indivíduos se encontram inseridos.

valoração social em termos de prestígio que leva à sua adopção interindividual e à sua difusão. Constitui uma das tarefas da Sociolinguística analisar o modo como as duas possibilidades de realização entram em litígio, assim como as causas sociais que levam à conversão de uma delas em símbolo de prestígio. Atendendo a que cada geração exhibe necessariamente a norma adquirida durante a sua adolescência e primeiros anos da sua juventude, os dados relativos ao factor "idade" são, eventualmente, os mais importantes para o linguista histórico, dado que indicam que a "pauta de variação" em causa representa, provavelmente, uma mudança em curso; por outro lado, «sirven para clarificar tanto la historia inmediata de los fenómenos como para vislumbrar su futuro»(1).

Para além da idade, o factor "sexo" parece ser, particularmente em sociedades pouco flexíveis ou com barreiras sociais acentuadas entre homem e mulher, uma importante força motriz da heterogeneidade linguística(2). Tal heterogeneidade, substancialmente matizada nas sociedades modernas devido à progressiva emancipação da mulher(3), serviu a alguns autores portugueses dos séculos XV e XVI (Fernão Lopes e Gil Vicente, por exemplo) de um importante instrumento ao serviço da caracterização de personagens, do realismo dramático, da sátira e do cómico.

Para além dos dialectos, níveis e estilos que podem verificar-se no interior de uma língua histórica, não podemos perder de vista que a competência de cada falante é basicamente multilinguística ou multilectal, ou seja, cada falante tem acesso a

---

(1) HUMBERTO LÓPEZ MORALES, *Sociolingüística*. Madrid (Editorial Gredos), 1989, p. 113.

(2) Importa não esquecer que, entre outras condicionantes, a distância e o isolacionismo a que estaria inexoravelmente condenada a mulher na sociedade medieval estiveram seguramente na origem da sua tendência para o conservadorismo linguístico.

(3) Saliente-se que estudos de Sociolinguística actual têm revelado que «las mujeres son más conscientes de la valoración que su comunidad hace de los fenómenos del lenguaje, y apoyan aquellos que obtienen más alto estatus en la evaluación social». Cf. HUMBERTO LÓPEZ MORALES, *ob. cit.*, p. 125.

mais de um estilo linguístico ou, pelo menos, sabe identificar diversas variantes de uma língua. Em formas de sociedade relativamente fechadas, onde as mudanças a nível dos meios de comunicação são bastante mais raras — a sociedade medieval revela-se um bom exemplo —, a faculdade para efectuar o chamado *style-shifting* (“alternância de estilos”) estará, naturalmente, menos desenvolvida do que numa sociedade em que o indivíduo assume funções mais variadas e está habituado ao manejo das suas normas. Essa pluralidade de funções e de papéis, decorrente das complexas redes sociais típicas das sociedades modernas, confere, indubitavelmente, aos falantes de hoje uma maior flexibilidade na actualização das subvariedades linguísticas(1).

Por tudo o que foi exposto, uma das mais interessantes dimensões da Sociolinguística é, sem dúvida, a dimensão diacrónica, pois é através dela que o investigador encontrará as

---

(1) Alguns textos produzidos no final da Idade Média, especialmente concebidos para retratar cenários populares de grande dramatismo — a *Crónica de D. João I*, por exemplo —, ou simplesmente para deleitar e fazer rir a corte e a nobreza palaciana — o *Cancioneiro Geral* e os *Autos* vicentinos —, permitem, efectivamente, diagnosticar a inaptidão linguística sentida por elementos de classes sociais cuja coesão permaneceu durante muito tempo inabalável: alguns chistes jocosos proferidos por personagens rústicas ou por elementos do clero moralmente degradado constituem verdadeiros “estereótipos” na época em que os autores os utilizam, e reflectem, de certo modo, formas de estruturação social marcadamente medievais, numa altura em que os ventos da modernidade quinhentista, trazidos com as Descobertas, começavam a grassar nos meios citadinos. Basta recordar, por exemplo, uma passagem da farsa vicentina *O Juíz da Beira* para se concluir que os juízos avaliativos sobre o que é linguisticamente bonito ou feio, apropriado ou inapropriado para uma ocasião particular não eram totalmente partilhados por todos os falantes da sociedade medieval portuguesa. Na referida passagem, uma personagem feminina (criação do dramaturgo, é certo) que se apresenta perante um tribunal solicitando justiça para sua filha, não sente a necessidade de eliminar, neste acto comunicativo concreto, fenómenos linguísticos já estigmatizados na altura, acabando por actualizar, em pleno século XVI, o participio passado arcaico *creçudo*: «foram ambos a mondar / e o trigo era creçudo / e foy-s'ella». Cf. *Obras completas de Gil Vicente*. Nova edição revista. Coordenação do texto, introdução, notas e glóssário por ÁLVARO JULIO DA COSTA PIMPÃO. Ilustrações, vinhetas e iluminuras por Mestre JOAQUIM LOPES. Porto (Livraria Civilização), 1979, p. 432.

circunstâncias históricas motivadoras da diversidade actual e a resposta a questões aparentemente misteriosas, como as seguintes: mudará a língua de diferentes maneiras sob diversas circunstâncias sociais? Mudam os diferentes sociolectos da mesma língua de maneira diferente e com diferente intensidade? Como reflecte a história da língua a interacção dos seus dialectos sociais? É a este tipo de questões que algumas teorias recentes sobre a mudança linguística têm tentado responder.

## 2. A teoria da mudança linguística

Uma das constatações mais evidentes acerca da linguagem humana, e também um dos mais intrigantes "mistérios" da ciência linguística(1), é o facto de as línguas se encontrarem em contínua mutação, quer no momento actual, quer em outro estágio do seu passado: «the history of language is a continuous process: it is not a series of stills, but a moving picture»(2). E não é menos verdade que qualquer estudo sobre mudança linguística terá de partir da aceitação do princípio de que os factores sociais têm um papel decisivo na adopção e na difusão das novas variantes dentro de uma comunidade de fala, uma vez que uma mudança está muitas vezes associada à evolução da sociedade, aos valores e às necessidades dos seus grupos. Por outro lado, a fase de variação que precede essa mudança, actualmente ou em outras fases da sua história, longe de ser fortuita e não-estruturada, faz parte de um sistema contendo *orderly heterogeneity*(3): «variation is not random but strictly

---

(1) As gramáticas históricas tradicionais limitaram-se, normalmente, a descrever as mudanças fonéticas ocorridas, enfatizando muito pouco o problema dos factores que as condicionam.

(2) JAMES MILROY, *ob. cit.*, p. 2.

(3) Expressão utilizada por URIEL WEINREICH, WILLIAM LABOV e MARVIN I. HERZOG em *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*. In: *Directions for Historical Linguistics. A Symposium*. Edited by W. P. LEHMANN e YAKOV MALKIEL. Austin and London (University of Texas Press), 1975, 3ª reimpressão da 1ª edição de 1968, p. 100.

controlled, often by extra-linguistic factors, and the specification of these factors may help us account for change»(1).

O problema da “transição” de um estado para outro é o que, de uma maneira geral, tem absorvido grande parte das descrições históricas; ao comparar diferentes estados de língua de diferentes períodos. Ora, é importante ter em conta que os estádios sincrónicos, tal como são observados num determinado momento, são sempre estádios em mudança e não idealizações; e o processo pelo qual uma forma cede, gradualmente, o lugar a outra, é um processo ordenado e estruturado, e pode ser demonstrado com análises quantitativas. Tais análises não são, obviamente, um fim em si mesmas, mas deverão ser encaradas como instrumentos metodológicos utilizados para efectuar explicações fundadas sobre a distribuição das formas linguísticas, nos casos em que essa análise não se torna evidente sem essa quantificação(2).

Mas o objectivo fundamental da linguística histórica é a explicação da verdadeira racionalidade da mudança linguística: porque ocorrem mudanças numa determinada variedade linguística e num determinado momento do tempo, e não ocorrem noutras variedades, com as mesmas características, em outros momentos temporais? Numa tentativa de esclarecer este problema, deparamo-nos necessariamente com a questão da origem ou localização(3) da mudança, e com o problema de saber por que motivo uma determinada mudança começou e se difundiu num determinado local e num determinado tempo. A este pro-

---

(1) Cf. APRIL M. S. MCMAHON, *Understanding Language Change*. Cambridge (Cambridge University Press), 1994, p. 226.

(2) De facto, é importante ter em mente a diferença existente entre o acto da quantificação dos dados e os resultados pretendidos pelo investigador, após o estabelecimento dos modelos por ela oferecidos. Assim, a quantificação dos dados constituirá uma fase na investigação sociolinguística ou na dialectologia social, paralela ao uso da Estatística em várias outras ciências.

(3) O mais original contributo de Labov neste domínio foi o de elaborar um modelo geral da localização da inovação linguística e do modo como ela se expande na comunidade de fala, a partir de um determinado ponto central.

pósito, convém ter presente que, apesar de as mudanças se verificarem nos sistemas linguísticos, elas resultaram necessariamente da actividade dos falantes; constitui um truísmo afirmar que línguas que não tenham falantes (ou escritores) não mudam. Ao contrário das teorias que acreditaram no *marvellous power of language*, e nas metáforas da língua como organismo vivo, parece-nos mais legítimo encarar a língua como um veículo de comunicação entre seres humanos.

Assim, com base na distinção entre “falante” e “sistema”, pode ser feita uma distinção que conduz directamente ao problema da racionalidade da mudança — a distinção entre “inovação” do falante (*speaker innovation*), por um lado, e “mudança” linguística (*linguistic change*), por outro(1). “Inovação” e “mudança” não são conceptualmente o mesmo: uma inovação é um acto do falante, o ponto de partida, enquanto que uma mudança observa-se no sistema linguístico, podendo ser vista como o ponto de chegada. Ora, entre os dois momentos assiste-se a um longo e complexo processo de difusão da inovação na estrutura social da comunidade, que origina muitas vezes o litígio de duas formas concorrentes, a moderna e a antiga. São, portanto, os falantes (e não as línguas) que inovam, podendo definir-se, assim, uma inovação como um acto do falante capaz de influenciar a estrutura linguística. Deste modo, uma parte da solução para o problema da racionalidade da mudança linguística deverá passar pela explicação das condições sob as quais uma inovação terá ou não êxito(2).

(1) Distinção estabelecida inicialmente por Eugenio Coseriu e depois aceite por muitos autores, nomeadamente por JAMES MILROY, *ob. cit.*, p. 169.

(2) Convém aqui salientar que, a nível dos paradigmas quantitativos, o que os gráficos apresentam não é o comportamento dos falantes nem a “racionalidade” propriamente dita: o que se encontra neles esquematizado é o sistema linguístico, que, pelo facto de incorporar a *orderly heterogeneity* da “gramática” da comunidade é, obviamente, muito mais complexo que os sistemas homogéneos e uniformes postulados pelas abordagens de tipo estruturalista. James Milroy sublinha que «what the quantitative linguistic describes is a change that has already assumed a regular pattern of social variation in the community». — JAMES MILROY, *ob. cit.*, p. 170. Torna-se, sem dúvida, possível observar uma inovação decorrente de traços idiolectais do falante (eventualmente, de forma accidental): o problema que se coloca é o



Um importante factor a considerar na análise de uma mudança linguística é a complexidade e a multiplicidade das redes sociais em que os indivíduos se encontram inseridos. Os principais inovadores são, normalmente, indivíduos socialmente móveis, frequentemente exercendo a sua profissão em localidades que não são o seu local de origem; ou seja, indivíduos que não se encontram suficientemente identificados com um grupo particular de modo a serem influenciados pelas suas normas, mas que têm fortes ligações com vários grupos, de tal modo que a nova variante se divulga facilmente aos seus membros(1). Uma vez usada a variante pelos primeiros indivíduos que a adoptam no grupo, converte-se pouco a pouco em modelo de prestígio para os outros membros, que passam a utilizá-la. Assim, estamos perante uma mudança linguística lenta, se as populações se caracterizam por modos de vida sedentários e se se encontram ligadas por laços muito estreitos de convívio e de

---

de saber até que ponto ela terá êxito, pois não se pode demonstrar com sistematicidade se ela conduz a uma mudança linguística.

(1) Uma análise da documentação notarial régia demonstra que na sociedade medieval portuguesa os notários ao serviço da chancelaria real, dispersos pelas diferentes províncias do país, foram importantes mediadores das inovações. É, efectivamente, nesses textos que as variantes modernas de diversas variáveis analisadas começam a surgir com uma certa regularidade. As fontes de inovação na Idade Média identificam-se também muitas vezes com os meios cortesãos, sob cujo ambiente trabalhavam, não raras vezes, escribas e tradutores. Outras inovações surgem ainda nas cantigas dos trovadores, eventualmente para servir a conveniências métricas e rimáticas, mas também pelo simples desejo de inovar. Importa referir que as cortes do rei-Lavrador e do rei-Sábio tiveram uma importância decisiva, particularmente no que concerne o aparecimento das primeiras formas verbais de 2ª pessoa do plural sem *-d-* no morfema número-pessoal. Outro tipo de inovações começa a aparecer já no reinado de D. Afonso III, surgindo frequentemente em textos notariais de origem privada, o que prova que uma inovação se pode verificar em qualquer nível social. Um importante centro geográfico difusor de inovações foi, indubitavelmente, a região galega de Lugo, próxima do reino de Leão: uma análise atenta da evolução dos participios passados dos verbos da conjugação em *-er* na documentação privada desta província, ou ainda no código foral de Castelo Rodrigo, eventualmente também sob a influência da área leonesa, conduz a esta conclusão. De facto, desde muito cedo (meados do século XIII) se regista neste tipo de fontes a cedência da vogal temática *u* da terminação *-udo* à vogal temática *i* da terminação moderna.

vida em comunidade; se, pelo contrário, esses laços são débeis ou simplesmente não existem, a mudança torna-se rápida. A caracterização social de uma comunidade ajuda, assim, a explicar, não só os períodos de rápida ou lenta mudança na história de uma língua, mas também a natureza mais inovadora dos dialectos urbanos relativamente aos rurais, predizendo ainda a mudança linguística em períodos de migração, invasão, ou outros momentos histórico-políticos que desencadeiam uma grande mobilidade populacional(1).

É evidente que, por mais importantes que sejam os factores sociais, estão submetidos aos imperativos do sistema linguístico, apenas actuando nos contextos em que este o permite. Assim, para além dos condicionamentos sócio-culturais que impulsionam uma mudança linguística, na determinação da sua racionalidade deverão também considerar-se as condições necessárias para a sua ocorrência. Weinreich, Labov e Herzog apontam para uma interacção das duas ordens de factores, sublinhando que «explanations which are confined to one or the other aspect, no matter how well constructed, will fail to account for the rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior»(2).

---

(1) A documentação medieval portuguesa analisada ao longo de pesquisas já efectuadas demonstra, claramente, que momentos de grande efervescência linguística foram também períodos que ficaram assinalados como etapas fundamentais da nossa história: as transformações políticas, sociais e económicas de finais de Trezentos, nomeadamente o abalo irreversível das estruturas feudais e o nascimento de uma nova ordem social caracterizada pela ascensão da burguesia, constituem factores externos de grande impacto na estrutura linguística. Como se depreende, a mutação linguística vem, necessariamente, acompanhada de uma etapa de variação na qual convivem as formas rivais. De uma maneira geral, a partir de 1350 as variantes modernas e as antigas começaram a conviver no interior do mesmo texto, excepto em fenómenos que adquirem uma feição peculiar, decorrente da falta de correspondência entre o "oral" e o "escrito".

(2) URIEL WEINREICH, WILLIAM LABOV e MARVIN I. HERZOG, *ob. cit.*, p. 188.

### 3. Para uma Sociolinguística histórica

Se a Sociolinguística sincrónica visa analisar as relações entre a estrutura social e a estrutura linguística de comunidades de fala particulares em momentos específicos, e a Linguística histórica tem como objectivo o estudo das transformações operadas nestas relações ao longo do tempo, fácil será admitir que a Sociolinguística deverá revestir-se necessariamente de um pendor histórico. Por outro lado, sendo a língua um fenómeno essencialmente humano e situado num contexto social, a sua história deverá reflectir esse facto, conferindo, assim, à Linguística histórica uma feição marcadamente social. Não obstante o crescente interesse observado nos últimos anos, quer pela Linguística histórica, quer pela Sociolinguística, a integração harmoniosa das duas disciplinas como forma de usar o passado para explicar o presente ou o presente para interpretar o passado deverá, efectivamente, ser empreendida. O interesse e a importância da teoria sociolinguística para a investigação teórica e metodológica da mutação linguística em geral residem, precisamente, não só nos contributos que a sua metodologia poderá fornecer para lançar um pouco de luz no processo da mudança e explicar o presente, mas também na importância da aplicação, a épocas passadas da língua, das descobertas feitas no âmbito da análise das mudanças em curso, no sentido de minorar a insuficiência dos documentos do passado. É que, se na actualidade os estados de língua se caracterizam pela sua *orderly heterogeneity*, os seus estados históricos deverão ter sido também heterogéneos, pois os mesmos factores gerais que produzem as mudanças nos nossos dias deverão ter operado, *mutatis mutandis*, em épocas passadas. Do ponto de vista teórico-metodológico, este conceito de língua requer, inequivocamente, a projecção de uma perspectiva variacionista na análise dos seus estados pretéritos: uma descrição histórica linear de uma variedade única (o português *standard*, por exemplo) não poderá ser uma descrição adequada, pois a história de qualquer língua não é a história de uma variedade, mas uma história multidimensional.

A tarefa mais importante da Sociolinguística histórica é desenvolver um conjunto de procedimentos para a reconstrução da língua no seu contexto social, mediante a aplicação dos instrumentos operativos fornecidos pela Sociolinguística, como forma de controlo nesse processo de reconstrução. Neste sentido, constituirá um dos seus objectivos primordiais procurar encontrar regularidades, sob a forma de “regras variáveis”, para a explicação concreta do processo sociolinguístico da mudança, a partir do reconhecimento dos problemas empíricos da mudança em progresso, nas comunidades de fala actuais. Assim, a Sociolinguística histórica ocupar-se-á dos seus fundamentos gerais e históricos, a partir das correlações entre factores linguísticos e sociais, pois as questões pertinentes da Linguística histórica residem nesse tipo de co-variação e na substituição lenta e gradual na frequência do uso.

Não é pacífica nem incontroversa, todavia, a aplicação a épocas passadas da língua do tipo de pesquisa levada a cabo na análise das mudanças em curso em comunidades de fala actuais. Uma das grandes limitações da investigação histórica reside, precisamente, na insuficiência dos materiais que, do passado, foi possível preservar. Esta insuficiência não é apenas de tipo quantitativo, mas decorre, sobretudo, do carácter accidental e fragmentário do *corpus*, que se traduz na falta de representatividade relativamente a todos os aspectos da língua: «Historical documents survive by chance, not by design, and the selection that is available is the product of an unpredictable series of historical accidents»(1); assim sendo, a Linguística histórica é muitas vezes encarada como «the art of making the best use of bad data»(2). Com efeito, enquanto que a pesquisa em estados actuais procede da recolha e análise controladas dos dados em função de um aspecto linguístico particular, o pesquisador de

---

(1) WILLIAM LABOV, *Principles of Linguistic Change*. Volume 1: *Internal Factors*. Oxford (Blackwell Publishers), 1994, p. 11.

(2) IDEM, *ibidem*, p. 11.

estados passados manipula materiais cuja sobrevivência se deveu ao acaso do tempo. Assim, os seus objectivos ficam desde logo condicionados pela documentação disponível, pois se determinados estilos e variedades se encontram nela representados, outros poderão não estar; por outro lado, se para alguns períodos de tempo existe uma grande quantidade de documentação remanescente, para outros períodos essa documentação poderá revelar-se reduzida(1).

Uma das áreas mais obscuras para o investigador histórico é, sem dúvida, a cronologia das mudanças operadas na história da língua, que poderá ser, muitas vezes, incerta e controversa. As gramáticas históricas tendem a afectar uma data a uma transformação linguística, com base em abonações escritas relativas a um processo muitas vezes largamente difundido ou já concluído. Perdem-se, assim, na indefinição os estádios mais remotos da mudança, assim como a arquitectura do *puzzle* dos factores que a ela conduziram. Ora, uma correcta compreensão da natureza de uma mudança não dispensa um conhecimento do seu centro de irradiação, da sua implementação na estrutura linguística, da transição de um estádio para outro e das atitudes valorativas relativamente às antigas e modernas variantes. Por outro lado, a verdadeira mudança é sempre bastante mais antiga do que o momento em que ela surge atestada na documentação. E, ainda que possamos dizer que ela se deu num determinado período, raramente podemos determinar com segurança qual a distância temporal que medeia entre a cronologia do seu apare-

---

(1) Por todos estes motivos, será legítimo designar esta ciência de "desconfortável", comparando-a, em alguns aspectos, a outras ciências como a Geofísica, a Macroeconomia ou a Astronomia, áreas em que o investigador possui relativamente pouco controlo sobre os dados. É interessante evocar aqui a comparação entre o linguista histórico e o astrónomo, estabelecida por James Milroy: tal como o astrónomo, por exemplo, não possui um controlo experimental sobre as passagens do cometa Halley ou sobre o espaço, em geral, o linguista histórico não possui um controlo experimental sobre os seus dados, ou sobre o tempo; ou seja, nem sempre pode isolar as variáveis que podem estar envolvidas num certo fenómeno a interpretar. Cf. JAMES MILROY, *ob. cit.*, p. 46.

cimento nos documentos e o seu verdadeiro advento na língua oral. Esta questão coloca-nos, igualmente, perante um problema teórico difícil de superar, que é o problema da “representatividade” na relação opaca entre “língua escrita” e “língua oral”. As maiores limitações oferecidas pela mensagem escrita residem na completa obliteração dos contextos sociais e situacionais em que se dão os acontecimentos linguísticos, uma vez que a sua única orientação é para a transmissão de um conteúdo semântico. Torna-se, inevitavelmente, difícil interpretar textos escritos como testemunhos linguísticos de uma determinada época, pois «o som já se apagou há muito e só o podemos conhecer por inferência, a partir de grafias que ora aspiram à transcrição fonética, ora não aspiram, tingindo de ambiguidades um relacionamento entre língua oral e língua escrita que é sempre desconfortável, quando não enganador»(1).

É inquestionável que uma teoria sociolinguística histórica deverá fundar-se numa perspectiva coerente sobre a relação entre língua falada e língua escrita, tendo sempre presente, todavia, que ela difere ao longo do tempo, das culturas e até no interior dos diferentes subgrupos numa mesma comunidade. E, se é certo que de um ponto de vista ontogenético se pode asserir que a fala precede a escrita, de um ponto de vista social a língua escrita tem muitas vezes uma importância primordial. Com efeito, em algumas comunidades letradas esta tem, muitas vezes, prioridade social sobre a língua falada, devido ao grande

---

(1) IVO CASTRO, *A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro*. In: *Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro (25 a 27 de Novembro de 1992)* (= *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXIX), 1993, p. 97. Um dos fenómenos linguísticos que, no seu percurso histórico, podemos designar de “enganador” é, indubitavelmente, o plural dos lexemas em *-l*, uma vez que a passagem da vogal temática a semivogal (ex: *animaes > animais*) não teve o mesmo ritmo na língua oral e na língua escrita, particularmente no texto literário. De facto, a produção literária de autores quatrocentistas consagrados evidencia, sistematicamente, a preferência por uma representação gráfica de acordo com as normas conservadoras estabelecidas: *-aes* (< *-ales*), por exemplo. Apenas a documentação privada nos fornece algumas pistas para o estabelecimento da cronologia dos plurais modernos.

prestígio da forma enquanto veículo de transmissão de uma tradição literária vetusta(1).

Por outro lado, língua escrita e língua oral existem muitas vezes em distribuição complementar, em virtude dos seus usos consoante os objectivos em diferentes contextos comunicativos. Se é verdade que a língua escrita é normalmente concebida para ser um reflexo da língua falada, circunstâncias há em que essa relação entre o "oral" e o "escrito" não se verifica: os formulários jurídicos por que iniciavam e terminavam os documentos notariais medievais poderão ser apontados como exemplo da falta de projecção oral de determinadas formas, há muito sentidas como estereótipos no discurso oral(2).

---

(1) É interessante constatar, a este propósito, que na prosa religiosa medieval o *d* intervocálico da 2ª pessoa do plural das formas verbais sobreviveu até ao início do século XVI, eventualmente como tentativa de captação de uma aproximação ao arquétipo latino. A variedade de prestígio para a comunidade religiosa medieval parece, assim, não se ter identificado com a variedade *standard*, difundida pelos centros de poder. Este facto vem provar que uma variedade (ou forma) *standard* não é conceptualmente o mesmo que uma variedade de prestígio. A standardização surge por razões funcionais, mediante os usos linguísticos nas funções administrativas pelos que detêm o poder político. Uma vez difundida a outras funções, adquire o que normalmente se designa de "prestígio", no sentido em que é um instrumento ao serviço da mobilidade social dos falantes. O conceito de "prestígio" é, no entanto, diferente, uma vez que pode estar subjectivamente ligado a falantes, formas e variedades que poderão estar muito afastados, ou mesmo em conflito, com as formas da variedade *standard*. Curiosamente, nos mesmos textos em que o *d* era preservado, a modernização linguística efectuou-se a nível do sistema de pronomes possessivos femininos e dos participios passados dos verbos da 2ª conjugação, cuja evolução foi muito mais célere, quer na língua oral, quer no texto escrito. O exemplo mais lídimo desta assimetria parece poder colher-se no *Boosco deleitoso*, impresso em 1515: se, no que concerne o *d* intervocálico esta obra representa uma fase linguística muito mais antiga (uma vez que o *-d-* se mantém sistematicamente), as formas dos possessivos femininos são as mesmas em contexto adjectival ou pronominal, e os participios passados dos verbos da 2ª conjugação terminam, normalmente, em *-ido*. Tal situação revela, indubitavelmente, uma diferente "avaliação" social das variantes antigas destas variáveis.

(2) As expressões estereotipadas «*Sabede todos os que est estrumẽto uirẽ (...)*» e «*nõ lhe ponhades ã ello outro embargo ãde all nõ*

A variabilidade gráfica do português medieval, motivada pela ausência de normatização, complexifica um pouco mais o problema da relação entre o “oral” e o “escrito”, dificultando simultaneamente a aplicação dos métodos variacionistas da Sociolinguística actual aos textos dos escribas de épocas passadas. De facto, a língua que muitos documentos apresentam reflecte, frequentemente, a tentativa de captação de um dialecto normativo que, em princípio, não deveria ser a língua vernacular de um falante nativo: «as a result, many documents are riddled with the effects of hipercorreção, dialect mixture, and scribal error»(1). Em outros casos, escribas menos peritos insistiam em seguir as tradições gráficas estabelecidas, mesmo tendo consciência das alterações fonético-morfológicas que se tinham já operado na língua oral. A comparação de vários textos (provenientes da mesma região) poderá, no entanto, ajudar a detectar uma ordenação na variabilidade gráfica, pois não parece muito plausível que os escribas usassem variantes formais ao acaso (o que tornaria a leitura ininteligível), mas sim de acordo com determinadas convenções: essas convenções, variáveis historicamente, reflectiriam, naturalmente, «change in agreement on norms of usage»(2). Assim, longe de ser entendida como um obstáculo para o investigador, a existência de grafias diversas poderá apresentar consideráveis vantagens para o dialectólogo do português medieval, no mesmo sentido em que a variação oral assume uma importância capital para o pesquisador actual.

Finalmente, uma questão crucial no processo de reconstrução sócio-histórica das línguas prende-se com a natureza das fontes, que constituem o *corpus* a analisar. A importância de que se revestem os documentos não-literários para o estudo das variações linguísticas no espaço e no tempo reside no facto de

---

*façades*» do início e final dos documentos, respectivamente, permaneceram até ao século XVI no “idiógrafo” dos notários.

(1) WILLIAM LABOV, *ob. cit.*, p. 11.

(2) JAMES MILROY, *ob. cit.*, p. 91.



se encontrarem neles expressos o local e a data da sua redacção(1), ou seja, de constituírem aquilo a que Charles-Théodore Gossen designou de «*matière première*»(2). Todavia, o problema da localização dos textos mantém-se sempre, prendendo-se, essencialmente, com os aspectos relativos ao *modus vivendi* do escriba: a sua naturalidade (que muitas vezes não se identifica com o local onde exercia o seu cargo), o nível de instrução, o grau de inserção nas redes sociais, etc.: «le personnage important, en toute cette affaire, est celui qui a tenu la plume. Et celui-là, quels que soient nos renseignements sur l'élaboration de l'acte, nous ne le connaissons pour ainsi dire jamais»(3).

Apesar de todos estes problemas, que devem ser tidos em consideração por quem se dedica à tarefa de reconstrução de fases passadas da língua no seu contexto sócio-cultural — a falta de controlo experimental sobre um *corpus* cuja sobrevivência se deveu ao acaso, a questão nem sempre pacífica do relacionamento ambíguo entre “língua escrita” e “língua oral”, o desconforto provocado pela capa do anonimato sob a qual se escondem os escribas, entre outros, implícita ou explicitamente já evocados —, pensamos, no entanto, que as pesquisas efectuadas sob o enquadramento teórico-metodológico da Sociolinguística histórica não deverão saldar-se num sem-número de

---

(1) Apesar de reconhecer nos textos não-literários o alimento, por excelência, da Scriptologia, Hans Goebel sugere que a sua prática a partir de documentos literários é também possível, não obstante o inconveniente destes últimos de «ne pas épouser les coordonnées du temps (axe diachronique) et de l'espace (axe diatopique) aussi fidèlement que ne le font les documents non littéraires». Admite, no entanto, que a submissão dos textos literários a um exame scriptológico constitui uma tarefa difícil «car il sera nécessaire d'entamer l'analyse du mode de tradition textuelle des documents littéraires à rebrousse-poil». — HANS GOEBL, «*Le Rey est mort, vive le Roy*». *Nouveaux regards sur la scriptologie*. In: *Travaux de Linguistique et de Littérature*, vol. XIII, I, 1975, p. 146.

(2) CHARLES-THÉODORE GOSSEN, *La scripta des chartes picardes*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVI, 1962, p. 299.

(3) Cf. JACQUES MONFRIN, *Le mode de tradition des actes écrits et les études de dialectologie*. In: *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXXII, 1968, p. 33.

obstáculos de difícil superação, mas antes num interessante desafio que, com a consciência da prudência que ele exige, se deverá empreender. Como observa Susanne Romaine, «What is needed is a way of combining the rich philological tradition with recent work on quantitative methods, discourse analysis, literacy as well as with historical phonology, syntax, semantics and pragmatics»(1).

Coimbra.

MARIA JOSÉ CARVALHO

---

(1) SUZANNE ROMAINE, *Historical Sociolinguistics. Problems and Methodology*. In: U. AMMON, N. DITTMAR e J. MATTHEIER (eds.), *Sociolinguistics*, vol. II, Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1988, p. 1453.

## RÉSUMÉ

Cet article se fonde sur des études déjà effectuées pour le portugais médiéval et a pour objectif d'apporter une synthèse théorique sur quelques questions concernant l'application à la linguistique historique de la théorie et de la méthodologie sociolinguistiques. Nous commençons par souligner l'intérêt de la dimension diachronique dans l'analyse des langues, dans la mesure où elle pourrait être la clef pour comprendre l'hétérogénéité actuelle. Nous présentons ensuite quelques aspects qui ont fait l'objet de discussions dans le cadre de la théorie du changement linguistique, notamment le problème de la "transition" d'un état à un autre, un processus ordonné, pouvant être démontré par des analyses quantitatives. En nous appuyant sur la distinction entre "innovation du sujet parlant" et "changement linguistique", nous posons également le problème, non moins débattu, de la véritable rationalité du changement, lequel s'ancre dans l'explication des conditions sous lesquelles une innovation peut ou non avoir du succès. Nous mettons en relief les conditionnements socio-culturels qui stimulent le changement linguistique, tout en n'oubliant pas l'importance des facteurs internes, à savoir les conditions linguistiques nécessaires à son avènement. Ainsi revendiquons-nous pour la linguistique historique la projection de la perspective variationniste de la Sociolinguistique actuelle, étant donné que les mêmes facteurs qui, de nos jours, produisent des changements ont également dû opérer dans le passé, créant une *orderly heterogeneity*. Nous attirons enfin l'attention des lecteurs sur quelques problèmes (et, en même temps, défis) qui doivent être pris en considération par quiconque se consacre à la reconstruction historique d'une langue. Entre autres aspects, nous mettons en évidence la délicate question de la relation entre langue orale et langue écrite (qui peut, parfois, conduire à l'établissement de chronologies controversées) ainsi que le problème complexe de parvenir à connaître vraiment l'identité de celui qui «a tenu la plume».